18 OUT 1985

Bierrenbach será destituído hoje

O PMDB e o PFL conseguiram o apoio do PDS para um novo parecer

A comissão mista do Congresso, encarregada de examinar a mensagem do Executivo que convoca a Assembléia Nacional Constituinte, durante a reunião marcada para às 9 horas de hoje, recusará o substitutivo elaborado pelo deputado Flábio Bierrenbach (PMDB-SP) e designará outro relator para apresentar um novo parecer, mantendo substancialmente a mensagem do presidente José Sarney . Serão acrescentados apenas os itens relativos à desincompatibilização, complementação da anistia aos servidores militares e civis e sobre o funcionamento do Congresso como Poder Legislativo, durante a fase de redação da nova Constituição.

Esta decisão foi tomada ontem depois que o PMDB e o PFL obtiveram o apoio do PDS para recusar o substitutivo e afastar o relator Flávio Bierrenbach. Durante reunião, no Palácio do Planalto, entre o presidente Sarney e os líderes da Aliança Democrática no Congresso, foi definida a estratégia que o Governo adotará hoje na comissão mista.

No lugar de Bierrenbach, PMDB, PFL e PDS, três grandes partidos que controlam mais de dois terços do Congresso, vão indicar um novo relator, provavelmente o deputado João Agripino (PMDB-PB).

Concordaram ainda em evitar questões polêmicas, levantadas pelo parecer Flábio Bierrenbach, como a revogação das salvaguardas constitucionais (o estado e as medidas de emergência), a revogação do artigo 181 da Constituição, que torna inapreciáveis pela Justiça os atos praticados pelo regime militar, e a convocação de plebiscito sobre a natureza da Constituinte — se congressual ou autônoma.

DEFINIÇÕES

Até ontem à noite, não havia um entendimento definitivo em torno da extensão do prazo de desincompatibilização, a ser votada juntamente com a emenda da Constituinte. A cúpula do PMDB e do PFL defendia um prazo uniforme, possivelmente de seis meses para os governadores, ministros, secretários de Estado, prefeitos e dirigentes de empresas e autarquias públicas O PDS propunha uma escala, na base de cinco, seis e nove meses.

Uma fórmula intermediária foi sugerida pelo PMDB aprovada em negociações com os ministros militares e não provocou restrições nem do PFL nem do PDS, para complementar a anistia dos servidores militares e civis punidos pela revolução de 1964. Segundo esta fórmula, os militares punidos serão promovidos, segundo o critério estrito de antiguidade, mas não terão direito a receber os atrasados nem à reintegração na ativa.

Quanto aos servidores civis, deverá ser oferecida a solução dada pela Petrobrás a seus servidores punidos: eles voltam ao trabalho para a mesma função que exerciam antes da punição, sem receber atrasados nem promoções.

De acordo com os entendimentos do PMDB com o PFL, o Poder Legislativo, durante a fase de elaboração da nova Carta, será exercido pelos constituintes congressistas. Uma parte do dia será dedicada ao processo legislativo normal e outra à redação da Constituição.

Esta solução inviabiliza a sugestão do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que queria a formação de uma Comissão Legislativa, integrada de 70 membros, para exercer as funções do Congresso, enquanto os demais congressistas ficariam com os trabalhos constituintes.

Depois da reunião do Palácio do Planalto, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli informou, que, junto com o substitutivo, o Governo tentará aprovar também a reforma tributária de emergência que terá como base o acordo feito entre o PMDB e a Frente Municipalista. A única modificação será a transferência dos encargos sociais, principalmente no setor saúde, da União para os municípios. Em contrapartida, o Governo encaminhará ao Congresso um projeto autorizando o pagamento de royalties aos municípios pela extração de petróleo.

Ontem, durante a reunião com os líderes da Aliança Democrática, o presidente Sarney deixou claro, segundo Chiarelli, que seu único compromisso é "com a emenda que convoca a Constituinte da forma que foi negociada com a Aliança Democrática". As outras duas emendas — desincompatibilização e anistia — não foram assumidas pelo presidente, embora o Governo aceite os resultados da negociação no Congresso Nacional.

GILBERTO ALVES

Os líderes da Aliança— Pimenta da Veiga, Hélio Gueiros e Carlos Chiarelli — chegam ao Planalto

Parte do PDS apoiará relator

Apesar da decisão da Executiva do PDS de apoiar a proposta do presidente José Sarney de convocação da Assembléia Constituinte, vários parlamentares pedessitas estão dispostos a comparecer hoje à reunião da Comissão Mista para defender a realização de um plebiscito para decidir se a Constituinte deve ser exclusiva ou congressual.

Entre os pedessistas, muitos estão tendentes a apoiar a emenda do deputado Marcelo Linhares (PDS-CE), que propõe eleições majoritárias para a Constituinte. Na próxima segunda-feira, haverá uma reunião dos parlamentares de todos os Partidos favoráveis a esta proposta, que deverá ser apreciada em destaque.

DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

Na bancada do PDS, há uma grande insatisfação com a decisão da Executiva de votar a convocação da Constituinte de acordo com a proposta do Governo. Eles acentuam que o PDS ficará na posição de caudatário do PMDB e do PFL, que são os partidos do Governo.

Para vários parlamentares, o PDS tem de adotar uma posição nítida de apoio às principais reivindicações populares, deixando ao Governo a responsabilidade pelas posições conservadoras. Como acentuava ontem o deputado Pedro Correia (PE), um dos líderes do grupo agressivo, "a OAB e a CNBB estão com a Constituinte exclusiva e esta deve ser a nossa posição".

Essas divergências tumultuaram a última reunião da Executiva do PDS. Os deputados Josias Leite (PE), Gerardo Renault (MG) e Siqueira Campos (GO) e o senador Otávio Cardoso (RS) foram veementes defensores de que o partido deveria votar em favor do plebiscito, mas acabaram sendo derrotados em suas propostas. Alguns parlamentares, no entanto, não querem se submeter à decisão da Executiva, que alega ser o plebiscito uma restrição à futura Constituinte.

TIMIDEZ

O ex-líder Nelson Marchezan (RS) afirmou ontem que, a seu ver, o PDS deveria ter uma posição mais agressiva nas negociações em torno da Assembléia Constituinte. Não poderia, a seu ver, apoiar totalmente a proposta do Governo, que está sendo obrigado a negociar com grandes setores do PMDB e do PFL, seus partidos de sustentação. O relator Flávio Bierrenbach já criou mais dificuldades para o Governo do que o PDS, partido de oposição.

Marchezan advertiu, ainda, para a circunstância de que o Partido não tem uma estratégia para forçar o Governo a votar uma reforma tributária que beneficie os estados e municípios. Não deu, sequer, a sustentação indispensável aos Prefeitos, que foram enganados pelo Governo. Como está omisso, o PDS terá de enfrentar, no futuro, uma emenda de reforma tributária em que o Governo incluirá o aumento de impostos.

Alegando que o atual líder Prisco Viana (BA), é um homem bom, de caráter moderado, Marchezan recusou-se a comentar seu comportamento durante a tramitação da Constituinte. Frisou, inclusive, que não teve tempo para verificá-lo e muito menos analisá-lo.

Substitutivo recebe também elogios

O deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), relator da Comissão Mista encarregada de examinar a proposta de emenda constitucional de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, foi o alvo predileto dos deputados, durante a sessão plenária de ontem. Ele ora recebeu críticas, ora recebeu elogios, pelo parecer que apresentou anteontem.

Elogiosas, por exemplo, foram as palavras do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), para quem o relator da matéria consagrou o princípio fundamental de que o Poder Constituinte originário pertence ao povo. "Quando ele se define a favor de uma Constituinte exclusiva está, nada mais nada menos, assumindo os princípios contemplados na postura histórica do PMDB, nos seus documentos constitutivos, no seu programa e no seu código de ética", disse o deputado, acrescentando ser totalmente favorável à idéia do plebiscito destinado a consultar a Nação sobre o caráter da Constituinte — exclusiva ou congressual.

Já o deputado Mendonça de Morais (PMDB-MG) recorreu à ironia para afirmar que, se o parecer de Bierrenbach foi uma surpresa para a Nação, a "sua postura individual não surpreendeu a ninguém. Inteligente, ele não quis sequer ouvir tantas opiniões de outros deputados, outros segmentos e fixou-se apenas em dar ouvidos a alguns segmentos elitistas de tecnocratas que querem determinar o procedimento da massa nacional", ponderou.

ANISTIA

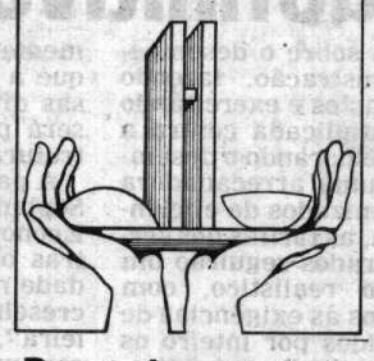
A concessão da anistia àqueles punidos em decorrência de atos derivados de motivação política ou mediante o emprego dos atos institucionais e complementares e outros diplomas legais, foi o artigo do parecer que mereceu a preocupação do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP). Para ele, a medida representa a "impunidade total".

"Assim, corremos o risco de anistiar os fraudadores da Previdência Social, os que foram demitidos do serviço público por atos de improbidade e por crimes de peculato", argumentou Mendes, sem se esquecer de se referir ao ex-ministro Ibrahim Abi-Ackel, que ficaria "impune".

Durante o período destinado às comunicações de liderança, alguns líderes também abordaram a questão. O deputado José Genoino (PT-SP), falando em nome de seu partido, leu, da tribuna, nota oficial da bancada, manifestando total e franca solidariedade a Flávio Bierrenbach.

Posição contrária manifestou o líder de plantão do PDS, deputado Bonifácio de Andrada (MG), que afirmou ser a sua bancada contra o parecer, contra a convocação da Constituinte no meio do ano que vem, contra plebiscitos e outros dispositivos contidos no parecer de Bierrenbach. "O PDS é a favor da Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, sem limitações e sem condicionamentos", concluiu.

CONSTITUINTE



Deputados estaduais vão ouvir sugestões

A União Parlamentar Interestadual e os 947 deputados de todo País que nela atuam integraram-se oficialmente ontem aos trabalhos que deverão ser desenvolvidos pela Comissão Nacional Interpartidária da Constituinte, presidida pelo deputado Alencar Furtado (PMDB-PR), até a instalação da Assembléia Nacional Constituinte. Da primeira reunião conjunta realizada ontem de manhã no Anexo IV da Câmara dos Deputados, participaram os presidentes José Fragelli (do Senado), Ulysses Guimarães (da Câmara e do PMDB) e Moacir Bértoli (da União Parlamentar).

Com a participação da União nos trabalhos de consulta a todos os segmentos da sociedade, os deputados estaduais — através das Assembléias Legislativas — se encarregarão de ampliar as discussões até as microrregiões de seus estados. Até agora a Comissão já levantou 40 temas para direitos e as garantias individuais reitos e as garantias individuais até a comunicação e a informática. Esses temas vão servir de subsídio à constituinte.

Maciel só aceita aperfeiçoamentos

"O deputado Flávio Bierrenbach quase fez a Constituinte por antecipação". Assim reagiu, ontem, o ministro da Educação, Marco Maciel, ao substitutivo apresentado pelo relator da comissão mista que examina a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Para ele, a emenda do presidente Sarney, "se não é a ideal, é a melhor e nada que extrapole o horizonte da sua proposta tem cabimento". Maciel espera que a comissão mista, que se reúne hoje para votar o substitutivo, aprove a emenda do presidente.

O ministro admite alterações à proposta inicial de Sarney, mas somente a título de "aperfeiçoamento", sem fugir de seu objetivo maior, que é a convocação da Constituinte, através de eleições que devem se realizar a 15 de novembro de 86. Uma das críticas que ele apresenta ao substitutivo de Bierrenbach consiste no excesso de eleições que seriam realizadas no País — "que não tem condições para tanto". Maciel reconheceu que o Congresso vive uma fase de "difícil coordenação".

Gilberto perde a vaga na comissão

O PMDB substituiu ontem o deputado João Gilberto (PMDB-RS) na comissão mista do Congresso sobre a Constituinte, depois de tomar conhecimento de que ele estava apoiando o parecer do deputado Flávio Bierrembach, que o Governo quer derrubar na reunião de hoje.

João Gilberto, que aceitou a medida, sob a alegação de não querer criar problemas para o seu partido, será substituído pelo deputado Hélio Manhães (ES), um vice-líder de posições consideradas mais fiéis à orientação partidária.

O PMDB também substituiu o deputado Milton Reis (MG), mas neste caso estar o parlamentar viajando pelo exterior. Para seu lugar foi Walmor Giavarina, também vice-líder e de comportamento julgado igualmente disciplinado.

As substituições promovidas pelo cúpula do PMDB visam prevenir o partido do Governo contra escaramuças regimentais que estão sendo preparadas pelo PT e PDT, que se aliaram eventualmente nesta questão, porque defendem a constituinte exclusiva.

Elas se destinam igualmente no relator Flávio Bierrembach, que ameaça resistir à sua destruição, se ela se processar, como ele afirmou, "de forma antiregimental". Bierrembach recebeu ontem a solidariedade da OAB, cujo Conselho Federal se deslocou do Rio para Brasília, sob o comando do presidente Hermann Assis Baeta, para lhe prestar solidariedade e defender a Constituinte Exclusiva.

Nenhuma dessas manobras parecia, contudo, influenciar a articulação da Aliança Democrática, para derrubar o relator e o seu parecer, porque o PT não tem nenhum representante, o PDT só tem um e Bierrembach só conta com o seu próprio voto. Os outros 19 membros da comissão estariam comprometidos a seguir o acordo com o PDS.

LUIZ MARQUES

Baeta apóia relator